

Revista

EVOLUÇÃO

Ano IV n. 48 Jan. 2024
ISSN 2675-2573
FRANCISCO MONTEIRO

EDUCAÇÃO

COOPERAÇÃO

TRANSFORMAÇÃO



DIA MUNDIAL DA AFRIANIZAÇÃO DA CULTURA

FRICAN

USAR A UTILIZAÇÃO DE PROFESSORES E 2º CICLO NO MUNDO

2024

SUA EVOLUÇÃO COMEÇOU!

FESTA JUNINA

ENSINAR É MAIS DE TRANSMITIR CONHECIMENTO E TRANSMITIR EMOCÃO



EDUCAÇÃO É A CHAVE PARA DESARMAZAR OS PROBLEMAS QUE SÃO BARRILHAS DE DESENVOLVIMENTO

PREMIÇÃO TERRITÓRIAS

Revista

EDUCAÇÃO É UMA ATIVIDADE CONSTANTE DESENVOLVIMENTO

Antoni

A ALMA FEMININA SE

ROSELI MA

PENSAR A EDUCAÇÃO A PARTIR DO TERRITÓRIO

EU QUERO UMA TERNURA

Revista **1ª** EVOLUÇÃO

Ano IV - nº 48 - Janeiro de 2024

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Vilma Maria da Silva

Andreia Fernandes de Souza

Organização:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Colunistas:

Adeilson Batista Lins

Isac Chateaufeuf

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Bruno Ruiz Cardoso
Fátima Tomás Dias dos Santos Gama
Fernanda Santos Ikier
Maria Angela Ferreira Oliveira

Maria de Lourdes Ferreira da Silva
Nilma Aparecida Gonçalves Bernardes
Shirlei Nadaluti Monteiro
Solange Hitomi Kurozaki

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 4, n. 47 (dez. 2023). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2023. 178 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

ISSN 2675-2573 (on-line)

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2673-2573.rpe.47

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

ACESSOS:

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.48>

A

São Paulo | 2024

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac Chateaneuf
José Wilton dos Santos
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adeílson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Dr. Isac Chateaneuf
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Mirella Clerici Loayza
Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Dr. Isac Chateaneuf

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado
Vilma Maria da Silva
Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanueelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



A revista PRIMEIRA EVOLUÇÃO é um projeto editorial criado pela **Edições Livro Alternativo** para ajudar e incentivar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

Seu corpo editorial é formado por professores/as especialistas, mestres/as e doutores/as que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

Uma de suas principais características é o fato de ser **independente e totalmente financiada por professoras e professores**, e de distribuição gratuita.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores/as e autores independentes;

Financiar (total ou parcialmente,) livros de professoras/es e estudantes da rede pública.

PRINCÍPIOS:

Os trabalhos voltados para a **educação, cultura** e produções independentes;

O uso exclusivo de **softwares livres** na produção dos livros, revistas, divulgação etc;

A ênfase na produção de **obras coletivas** de profissionais da educação;

Publicar e divulgar **livros de professores(as)** e autores(as) independentes;

O respeito à **liberdade e autonomia** dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à **diversidade**.

**Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.**

Produzida com utilização de softwares livres

 **FREE SOFTWARE
FOUNDATION**



Filiada à:



Platform &
workflow by
OJS / PKP

Google Acadêmico



www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

05 APRESENTAÇÃO

Antônio R. P. Medrado

06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac dos Santos Pereira

07 Ciência, Tecnologia & Sociedade

Adeilson Batista Lins

**2024 - SUA EVOLUÇÃO
COMEÇOU!**

ARTIGOS



1. PACIENTES COM ANSIEDADE E O TRATAMENTO ODONTOLÓGICO NO AMBIENTE CLÍNICO BRUNO RUIZ CARDOSO	11
2. REFORMA EDUCATIVA EM ANGOLA: A VISÃO DOS PROFESSORES FÁTIMA TOMÁS DIAS DOS SANTOS GAMA	17
3. O DOCENTE E SEU PAPEL NA INCLUSÃO FERNANDA DOS SANTOS IKIER	29
4. A INCLUSÃO E O RESPEITO À DIVERSIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR MARIA ANGELA FERREIRA OLIVEIRA	37
5. CONTOS DE FADAS E AS INFLUÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL MARIA DE LOURDES FERREIRA DA SILVA	45
6. A EDUCAÇÃO PSICOMOTORA NA FASE DE ALFABETIZAÇÃO NILMA APARECIDA GONÇALVES	57
7. O PASSADO À CONTEMPORANEIDADE: O SURGIMENTO DA ESCOLA, DA CRIANÇA E DAS INFÂNCIAS BRASILEIRAS SHIRLEI NADALUTI MONTEIRO	67
8. ALFABETIZAR E LETRAR: AÇÕES COMPLEMENTARES NA EDUCAÇÃO INFANTIL SOLANGE HITOMI KUROZAKI	83

O DOCENTE E SEU PAPEL NA INCLUSÃO

FERNANDA DOS SANTOS IKIER¹

RESUMO

Esse artigo vem propor uma maneira satisfatória tanto para o docente quanto para a criança com deficiência, em especial o autista, na forma de ambos poderem interagir juntos a conquista do sucesso com matérias que possam auxiliar no ensino aprendizagem da alfabetização em que a escola deve proporcionar um espaço de reflexão sobre a vida do aluno como um todo, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica e transformadora. Pretende-se dar mais um suporte para todos os profissionais que lidam com a aprendizagem de crianças de inclusão, mostrando como a alfabetização pode influenciar positivamente no desenvolvimento social e cognitivo.

Palavras Chave: Desenvolvimento; Inclusão; Ensino Aprendizagem

INTRODUÇÃO

O tema inclusão escolar de alunos com deficiência, mais precisamente com autismo (TEA-Transtorno do Espectro Autismo), tem chamado atenção de muitos educadores que resistem em atribuir valor ao termo inclusão do primeiro ano do ensino fundamental, na metodologia e didática usada em crianças com deficiência.

O autismo é classificado como um transtorno global do desenvolvimento, caracterizando-se pelo desenvolvimento atípico da interação social, da comunicação e da presença de um repertório marcante restrito de interesse e atividade, considerando que a interação social entre alunos e educadores é a base fundamental para que ocorram trocas de experiências no ambiente escolar.

Por meio da escola em que considera-se como espaço privilegiado de construção de conhecimento e desenvolvimento de valores, diante das crianças com deficiência tem deixado algumas indagações e desafios que não estão relacionados à deficiência dos alunos, mas sim ao descaso de alguns profissionais docentes e algumas instituições, em relação à diversidade humana, a qual se constitui a população brasileira.

Paulo Freire por exemplo, não discute diretamente o tema de inclusão, mas no decorrer dos estudos percebe-se que sua pedagogia é centralizada no sujeito. Diante desta

concepção acreditamos que a educação especial deva ser pensada de modo que o discente seja visto como um ser construtor de seu conhecimento, capaz de interagir, e que tenha materiais que estimulem suas habilidades.

No contexto de seu livro "Pedagogia do Oprimido", Paulo Freire procura conscientizar o docente do seu papel fundamental de problematizador da realidade do educando, de modo que suas vivências façam parte deste processo para que de fato se tenha um significado na aprendizagem. Pois para Paulo Freire ensinar a pensar e problematizar sobre a realidade é a maneira mais correta de se produzir conhecimento, visto que, a partir daí o discente terá a capacidade de reconhecer-se como um ser social. "[...] aprender, é um processo que pode deflagrar no aprendiz uma curiosidade crescente, que pode torná-lo mais e mais criador." (Freire, 1996, p.24)

Desse modo, podemos dizer que diante dos métodos de alfabetização do autista, que tem a necessidade de reconhecer-se como um ser social, e essa tarefa fica a cargo do professor alfabetizador, que através de metodologias centradas no aluno, tenha o objetivo de conscientizá-lo como construtor de seu conhecimento. Assim as estratégias de alfabetização precisam ser trabalhadas de forma conjunta, incluindo a práxis. Segundo Freire (1987, p.17) em sua obra nos faz refletir sobre as condições de opressores e oprimidos {...} Os opressores, falsamente generosos, têm necessidade, para que a sua "generosidade" continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência injusta. (grifo do autor).

Diante de alguns artigos sobre educação inclusiva formam-se os elos de sabedoria e trabalho mútuo, tanto por parte dos docentes, quanto da família que precisa buscar materiais que estimulem o fazer da criança, levando em consideração o letramento que perdura por toda vida.

Os autistas não devem ser considerados como uma tabula rasa, mas levar em conta suas vivências, independente de suas dificuldades. Sendo assim, nossa reflexão parte de atitudes procedimentais diárias, que mostram essa opressão ao se alfabetizar uma criança autista, e por outro lado, existem os questionamentos partindo das necessidades e dificuldades encontradas para que essa alfabetização aconteça.

As pessoas com autismo têm uma perturbação no Sistema Nervoso que afetam algumas áreas, e conseqüentemente dificulta sua interação social, seu domínio de linguagem e comunicação, as práticas pedagógicas devem ser desenvolvidas respeitando essas limitações, mas ao mesmo tempo incentivando a superação. Assim, uma boa metodologia deve ser iniciada com a redução do número de alunos por turma, para que o professor possa oferecer a assistência necessária, além de serem criadas também rotinas de trabalho, incluindo a arrumação da sala, a forma de escrever no quadro, entre outros.

Segundo SCHWARTZMAN E ASSUNÇÃO JUNIOR (1995, p. 34):

Quanto mais significativo para a criança forem os professores, maiores serão as chances de ela promover novas aprendizagens, ou seja, independente da programação estabelecida, ela só ganhará dimensão educativa quando ocorrer uma interação entre o aluno autista e o professor.

Diante disso podemos analisar o quanto ainda falta na formação dos professores, nas intervenções dos gestores, e no entendimento referente aos alunos autista, vendo que esses alunos tem os mesmos direitos de se desenvolver cognitivamente e de socialização com o próximo pois é um direito garantido pela legislação 12.764, de dezembro de 2012.

ATUAÇÃO DOS PROFESSORES DIANTE DOS ALUNOS COM TEA

O professor não deve apenas se prender às habilidades que os alunos têm para promover suas aulas, mas também, criar possibilidades de desenvolver outras habilidades e estimular as limitações que as crianças com deficiência possuem.

É fundamental que a escola seja um ambiente inclusivo e propício para o acesso da pessoa autista e utilizar propostas metodológicas de acordo com a necessidade da criança.

Os profissionais da educação precisam estar preparados para lidar com esse tipo de situação para que sejam tomadas medidas cabíveis para a resolução do problema.

Sabe-se que a participação da família tem uma parte importante, pois muitas vezes a rejeição começa dentro da própria casa. Santos (2008, p. 14) destaca que “Autismo não é muito comum e a maioria das pessoas não sabe nada sobre o assunto, levando os pais a se sentirem muito sós e ignorantes a respeito da condição e o que devem realmente fazer.”

É preciso levantar a discussão para o caminho percorrido pela educação brasileira para concretizar seu “projeto inclusivo”, que esbarrou em “equivocos conceituais e dificuldades na reorganização pedagógica”, os avanços da escola brasileira nessa direção têm acontecido de forma lenta, pois ainda há “muita resistência por parte das instituições à inclusão plena e incondicional, e isso ocorre por causa da inexperiência com a diferença” (MANTOAN, 2010, p. 13).

A educação inclusiva tem um passado de segregação, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 10% das pessoas têm algum tipo de deficiência, o que representaria 15 milhões de brasileiros, de acordo com o Censo do IBGE de 2000. Em 2004, a fim de aprimorar a formulação de políticas públicas, o MEC passou a definir melhor as várias categorias de deficiência (BIAGGIO, 2009, p.21).

Um novo desafio se impõe à prática docente na contemporaneidade, o trabalho em equipe, pois “o professor sozinho não pode de forma isolada transformar um centro educacional em espaço inclusivo, mesmo que sua sala de aula seja um espaço inclusivo”, é necessário colaboração e articulação entre toda a comunidade escolar, especialmente da família (DÍEZ, 2010, p. 21).

Percebe-se que a inclusão está presente cada dia mais em nossos cotidianos, dessa forma, a família e a escola devem caminhar lado a lado, para que o estudante com autismo possa ter um acompanhamento adequado que contribuirá para o seu desenvolvimento integral e significativo.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A inclusão é um processo social que busca favorecer pessoas com deficiência, que antes eram tidas como excluídas.

De acordo com Sasaki (1999, p. 42):

A educação inclusiva tem como objetivo a construção de uma sociedade para todos, e, assim, sua prática repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação.

A inclusão educacional é um sistema no qual a comunidade educativa tem o desafio de conseguir que a generalidade de seus alunos tenha sucesso no processo ensino aprendizagem.

No ano de 1994, o Brasil participou da Declaração de Salamanca, a qual muitos países assinaram o documento a respeito da Inclusão. De acordo com o site da Wikipédia, “A Declaração de Salamanca (SALAMANCA, 1994) é uma resolução das que trata dos princípios, política e prática em”.

De acordo com a Declaração de Salamanca (UNICEF, 1994, p.5):

Educação inclusiva é o modo mais eficaz para construção de solidariedade entre crianças com necessidades educacionais especiais e seus colegas. O encaminhamento de crianças a escolas especiais ou a classes especiais ou a sessões especiais dentro da escola em caráter permanente deveriam constituir exceções, a ser recomendado somente naqueles casos infrequentes onde fique claramente demonstrado que a educação na classe regular seja incapaz de atender às necessidades educacionais ou sociais da criança ou quando sejam requisitados em nome do bem-estar da criança ou de outras crianças.

Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (BRASIL, 2001a, p. 39), a Educação Especial é:

Modalidade da educação escolar; processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos ou serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

De acordo com Ross (2004, p. 57): “A Legislação Brasileira é uma das mais avançadas em termos de respeito às garantias sociais e educacionais de participação igualitária da pessoa com deficiência nas várias esferas da sociedade”.

É fundamental que as políticas públicas considerem primordial a oferta de programas de capacitação e formação continuada de professores para atuarem na educação básica, com alunos que tenham deficiência, melhorando assim o desenvolvimento desses alunos no processo ensino aprendizagem.

A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS

A inclusão é uma construção coletiva, na qual requer mobilização, discussão e ação de toda a comunidade escolar, se tornando um grande desafio, pois envolve mudanças na concepção de sociedade, de homem, de educação e de escola.

A Educação de pessoas com deficiência realmente deve ser inclusiva, com qualidade, reorganizando e quebrando paradigmas.

De acordo com Mantoan (1998, p. 3):

Uma verdadeira transformação da escola, de tal modo que o aluno tenha a oportunidade de aprender, mas na condição de que sejam respeitados as suas peculiaridades, necessidades e interesses, a sua autonomia intelectual, o ritmo e suas condições de assimilação dos conteúdos curriculares.

As escolas devem estar aptas para receber os alunos com deficiência, adequando as práticas pedagógicas de acordo com as necessidades desses estudantes.

Segundo Sanches (2005, p 12), a Educação Inclusiva:

“Visa apoiar as qualidades e necessidades de cada um e de todos os alunos da escola. Enfatizando a necessidade de se „pensar na heterogeneidade do alunado como uma questão normal do grupo/ classe e pôr em marcha um delineamento educativo que permita aos docentes utilizar os diferentes níveis instrumentais e atitudinais como recursos intrapessoais e interpessoais que beneficiem todos os alunos.”

Nota-se que as escolas têm cada vez mais necessidade de adaptar suas práticas pedagógicas para auxiliar no desenvolvimento dos estudantes com deficiência.

O debate sobre a necessidade de uma escola capaz de atender a todos com qualidade e equidade tem cada vez mais tomado conta do cenário educacional brasileiro. Políticas públicas são desenvolvidas com o objetivo de efetivar esse direito considerado inquestionável. No entanto, assegurar educação de qualidade para todos significa reorganizar uma estrutura até então criada para uma parcela específica da população, considerada capaz de corresponder a certas expectativas estabelecidas (CARNEIRO, 2012, p. 7).

É fundamental que a escola tenha um espaço com materiais de apoio para que os professores possam desenvolver atividades adequadas para os alunos com deficiência, auxiliando assim, o processo ensino aprendizagem de forma significativa.

PARCERIA ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA

Na medida em que uma criança é diagnosticada como autista, quanto antes fizer um tratamento adequado, mais serão as possibilidades de desenvolvimento para o convívio em grupo, pois

“as principais características do autismo são as dificuldades no estabelecimento de relações sociais, na comunicação verbal e não verbal, no desenvolvimento do jogo simbólico e da imaginação e na resistência às mudanças de rotina” (APPDA, 2000, p. 15).

Os autistas não se sentem bem ao conviver em grupo e por isso é fundamental que ocorra um acompanhamento precoce para um tratamento adequado que auxilie no processo do convívio social.

Um muro demasiado alto e muito difícil de transpor. Um muro de palavras e silêncios, de gestos e expressões, de sons e de cheiros, de imagens e de toques, de intenções e de códigos. Um muro que dá para um mundo que eles não compreendem, mas no qual estão inseridos e do qual fogem, sempre que possível, para o deles, o interior. Eles são as crianças com autismo. Cada um vive o seu mundo. Nós fazemos os possíveis para entrar no seu mundo, descobrir o que faz deles diferentes, saber porque nascem assim, qual a melhor forma de lidar com eles o que muda ao longo dos anos, enfim, entender como devemos deixá-los viver e crescer felizes (PIRES, 2003, apud FORTUNATO, 2006)

Deve sempre existir uma parceria entre escola e família, em prol da criança com autismo, contribuindo para o desenvolvimento integral e significativo da criança autista.

Percebe-se que para se educar um autista é necessário também promover sua integração social, sendo assim, a escola é o primeiro passo para que aconteça esta integração.

A parceria entre escola e família contribui para um desenvolvimento significativo das crianças com alguma deficiência.

Silva (2012), denota que:

No ambiente escolar (e no lar) pode ser montado um painel de rotina, no qual estarão as atividades que a criança realizará ao longo do seu dia, como comer, brincar e ir ao banheiro. Esse material pode se confeccionado através de imagens, palavras ou materiais concretos, a fim de organizar o espaço físico a ser trabalhado. Com isso, a criança conseguirá visualizar sua rotina, estruturar melhor o seu dia, o que facilita o aprendizado e proporciona mais autonomia (SILVA, A., 2012, p. 84).

De acordo com Biaggio (2007), a inclusão ganhou reforços com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e com a Convenção da Guatemala, de 2001, que

proíbem qualquer tipo de diferenciação, de exclusão ou de restrição baseadas na deficiência das pessoas.

Segundo Eugênia Augusta Gonzaga Fávero, procuradora da República e responsável pelo direito dos cidadãos do Estado de São Paulo no biênio 2002-2004: "o acesso das pessoas com deficiência ao ensino formal é garantido até pela legislação penal, pois o artigo 8º, da Lei no 7.853/89, prevê como crime condutas que frustram, sem justa causa, a matrícula de aluno com deficiência". Ou seja, "a exclusão é crime" e o acesso de alunos com deficiência a escolas comuns não é mera opção de seus pais ou responsáveis, e que a conduta excludente das escolas pode ter consequências cíveis, penais e administrativas (BIAGGIO, 2007, p. 19).

Para um diagnóstico clínico preciso do Autismo, a criança deve ser extremamente examinada, tanto fisicamente quanto psico-neurologicamente. A avaliação deve incluir entrevistas com a família, observação e exame psico-mental e, algumas vezes, de exames complementares para doenças genéticas e ou hereditárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que o processo de construção permeia as relações afetivas e sociais, ou seja, tanto no âmbito escolar como no familiar, que do mesmo modo que existam escolas com equipes despreparadas, por outro lado existem outras escolas que enxergam o autista como um autônomo e capaz, e é essa a base de seu ensino, adaptando materiais que contribuam para o aprendizado das crianças sendo esses até mesmo de materiais reciclados. É, portanto o cuidado, amor e carinho que são as bases desses materiais, pois o professor reserva um tempo de seu dia para pensar e colocar em prática o que pode auxiliar seus alunos diante desta trajetória. Desse modo, fica claro para nós que o instrumento mais importante é a relação com o outro, o afeto e o olhar sem pré-julgamento que permite a construção de uma relação de carinho, respeito, alegrias, conquistas e superação.

Mesmo com as mudanças que vem se consolidando no Brasil em relação aos tratamentos, intervenções e políticas públicas, ainda é possível enxergar muitos desafios a serem transpostos pelos profissionais da educação em relação ao atendimento da criança e da família.

A família é entendida como elemento importante na rede de apoio, mas precisa ser qualificada para apoiar e auxiliar no tratamento. Nem sempre a relação entre os familiares e os profissionais que atendem as crianças é harmoniosa, cabendo ao profissional propor estratégias que amenize e convide a família a juntos apoiarem e superarem.

Conclui-se que é preciso unir esforços na busca por transformar as práticas e articular os diferentes campos do saber, às ações preventivas, o diálogo com as políticas públicas e a reorganização dos processos de trabalho para atender a criança com deficiência de forma eficiente e trazer a família para compor a rede de apoio necessária para seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- APPDA. Autismo: Integrar. Lisboa: **Instituto do Emprego e Formação Profissional e Secretariado Nacional de Reabilitação**, 2, 1993, pp.14-15.
- ASSUMPÇÃO, F. B. Junior, SCWARTZMAN, José Salomão. **Autismo Infantil**. São Paulo: Memnon, 1995.
- BIAGGIO, Rita de. A Inclusão de crianças com deficiência cresce e muda a prática das creches e pré-escolas. **Revista Criança do professor de educação infantil**. MEC, Brasília-DF, 2007, p.19-26.
- _____. **A Inclusão de crianças com deficiência cresce e muda a prática das creches e pré-escolas**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/revista44.pdf>>. Acesso em 05. Jan.2024.
- BRASIL. **Constituição Federal 1988**. Brasília: Senado, 1988.
- _____, Ministério da Educação e Cultura. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Corde, 1990.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: MEC SEESP, 2001 a.
- CARNEIRO, Relma Urel Carbone. Formação de professores: da educação especial à inclusiva – alguns apontamentos. In: ZANIOLO, Leandro Osno; DALL ACQUA, Maria Júlia C. (orgs.). **Inclusão escolar: pesquisando políticas públicas, formação de professores e práticas pedagógicas**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.
- DÍEZ, Anabel Moriña. Traçando os mesmos caminhos para o desenvolvimento de uma educação inclusiva. Tradução Grupo Solucion-SP. Inclusão, **Revista da Educação Especial**. Brasília, 2010. Vol. 5, nº. 1, p. 16-25.
- FORTUNATO, M.. **Representações dos professores na inclusão de crianças com autismo no 1º CEB**. Tese de mestrado. Universidade católica Portuguesa: Faculdade de Ciências Sociais, 2006.
- FREIRE, Paulo, **Pedagogia do Oprimido**. 11ª Edição. Rio De Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987. 101pgs.
- MANTOAN, M. T. E. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais**. São Paulo: Scipione, 1988.
- _____. O Atendimento Educacional Especializado na educação inclusiva. Inclusão, **Revista da Educação Especial**. Brasília, 2010. Vol. 5, nº. 1, p. 12-15.
- _____. **A Integração de Pessoas com Deficiências**. São Paulo: Memnon, 1997.
- ROSS, P.R. **Fundamentos legais e filosóficos da inclusão na educação especial**. Curitiba: , Ibpex, 2004.
- SANCHEZ, P. A. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Revista Inclusão**. Brasília, v.1, n.1, out./2005, p. 718.
- SANTOS, Ana M. T. **Autismo: Desafio Na Alfabetização e No Convívio Escolar**. Disponível em < <http://www.crda.com.br/tccdoc/22.pdf>>. Acesso em 20. Jan.2024.
- SASSAKI, R. K. **Inclusão - Construindo uma Sociedade para Todos**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.
- SILVA, Aana Beatriz Barbosa [et al]. **Mundo singular: entenda o autismo**. Fontanar, 2012.
- UNICEF, **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca. Disponível em: . Acesso: 20 jan.2024.



ORGANIZAÇÃO:
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Bruno Ruiz Cardoso
Fátima Tomás Dias dos Santos Gama
Fernanda Santos Ikier
Maria Angela Ferreira Oliveira
Maria de Lourdes Ferreira da Silva
Nilma Aparecida Gonçalves Bernardes
Shirlei Nadaluti Monteiro
Solange Hitomi Kurozaki



Produzida com utilização de softwares livres



Platform &
workflow by
OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

